TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EM

Relatório de Gestão e Contas

2º Trimestre 2026

Senhores Acionistas,

No cumprimento das obrigações legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas referentes ao **segundo trimestre de 2026**.

A TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EM, (adiante, TERAMB), é uma entidade empresarial local detida a 60% pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e a 40% pela Câmara Municipal da Praia da Vitória. Foi constituída a 1 de novembro de 2010, tendo como principal objeto social os serviços de interesse geral de gestão, tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos dos Municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória.

Nos termos do n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração informa que nenhum dos membros dos órgãos sociais possui qualquer ação da sociedade.

SUMÁRIO EXECUTIVO

	2026 (2º trimestre)	**2025** (2º trimestre)	**2024** (Anual)	2023 (Anual)	2022 (Anual)
			Ton		
Reciclagem multimaterial	**1 532,85**	1485,42	3 285,88	3244,08	3446,19
Valorização orgânica	**1 318,62**	1 494,22	2 634,51	2 830,16	2.587,89
Valorização energética	**16 553,91**	17 827,74	40 177,77	41.520,00	31.280,97
Confinamento técnico	**308,52**	140,47	130,62	372,84	276,21
Mineração	**0**	0	0,00	0,00	0,00
Total de resíduos e SPOAS	**22 038,72**	22 660,58	46 856,52	47 664,77	47.588,52
			MWh		
Bruto	**6 874,67**	8.170,55	17.342,69	17.342,69	17.347,14
Exportação (líquido)	**5.349,93**	6.448,13	13.410,20	13.410,20	13.121,67
Ressarcimentos	**0,00**	0,00	1.049,00	2.006,00	2.305,55
			Euros		
Volume de negócios	**2 243 012,00**	2.148.572,19	3.614.458,34	2.844.426,23	3.102.990,63
Resultados líquidos	**193 594,11**	586.215,84	251 654,50	-173.376,25	+ 44.575,22
Capital Próprio	**24 189 124,71**	24.924.036,79	26 129 006,11	26.752.996,24	26.986.156,11
Passivo não corrente	**4 987 630,70**	5.364.310,13	5 911 817,87	5 942 057,75	5.600.237,21
Número de colaboradores	**45**	45	43	42	42
Horas de formação	**899,5**	616	890,5	445	71,5
Taxa de feminização (%)	**17**	17	16,7	16,7	12,5

A Atividade da Empresa

No **segundo trimestre** do corrente ano deram-se continuidade às operações das diversas valências da Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira. Geriram-se neste trimestre **23.458,92** toneladas de resíduos, o que representa uma diminuição de 2,5% face ao período homólogo de 2025.

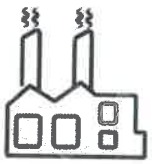
Conforme o seu potencial e em estreito cumprimento com a hierarquia do tratamento de resíduos, foram vários os seus destinos:



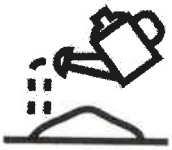
1.533 TONELADAS DE RESÍDUOS ENCAMINHADOS PARA VALORIZAÇÃO MULTIMATERIAL



1.319 TONELADAS DE RESÍDUOS ENCAMINHADOS PARA VALORIZAÇÃO ORGÂNICA



19.652 TONELADAS DE RESÍDUOS ENCAMINHADOS PARA VALORIZAÇÃO ENERGÉTICA



0 TONELADAS DE COMPOSTO PRODUZIDO



0 TONELADAS DE ESCÓRIAS PRODUZIDAS PARA VENDA



5.349,93 MWH DE ELETRICIDADE EXPORTADA PARA A REDE PÚBLICA

Mantiveram-se as parcerias estabelecidas com os diversos operadores de gestão de resíduos, nomeadamente a Resiaçores e Equiambi, no sentido de criar sinergias positivas e a partilha de infraestruturas.

Através da parceria com a Valorpneu – Sociedade de Gestão de Pneus, Lda., entidade gestora do sistema integrado de pneus usados, licenciada para exercer a atividade de gestão de pneus usados em Portugal Continental e Regiões Autónoma, rececionaram-se 307,60 toneladas e valorizaram-se 353,44 toneladas energeticamente, de pneus usados da RAA.

Por via do contrato de gestão delegada estabelecido com o Município de Angra do Heroísmo, a TERAMB garantiu a gestão dos recicláveis do concelho de Angra do Heroísmo desde a recolha até ao centro de triagem e posterior envio para retomador.

Outra importante atividade desenvolvida pela Teramb ao abrigo de um protocolo de cooperação estabelecido com o IAMA, é a gestão e tratamento de Subprodutos de Origem Animal (SPOAS) produzidos nos matadouros e centros de abate dos Açores, sendo mesmo o único destino para todos os SPOAS de categoria M1 produzidos nas nove ilhas dos Açores.

Para além da importância da redução e reutilização, a **VALORIZAÇÃO MULTIMATERIAL** é uma das prioridades da TERAMB que em conjunto com os municípios realizam uma série de esforços no sentido de potenciar o seu incremento.

No período em apreço foram rececionadas no operador de triagem 1428,88 toneladas de embalagens tendo sido aceites para valorização **1006,56 toneladas** de embalagem, correspondendo a uma taxa de valorização de 70,44%.

Comparativamente ao período homólogo de 2025, em que foram rececionadas 1.403,14 toneladas e valorizadas 989,57 toneladas, verificou-se, em 2026, um aumento de 1,83% na quantidade de resíduos rececionados e de 1,72% na quantidade de resíduos valorizados.

A taxa de valorização passou de 70,53% em 2025 para 70,44% em 2026, correspondendo a uma ligeira redução de 0,09 pontos percentuais.

No ecocentro foram rececionadas **112,65 toneladas** de resíduos para valorização multimaterial, compostos essencialmente por resíduos de construção e demolição, material ferroso e Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE).



FIGURA 1: ECOCENTRO

Do ecocentro foram encaminhados para valorização 125,62 toneladas de RCD's, 22,04 toneladas de REEE e 4,62 toneladas de embalagens de plástico.

No que respeita à valorização multimaterial dos produtos resultantes da valorização energética, foram encaminhados para valorização multimaterial **151,94 toneladas** de material ferroso e **720 toneladas** de escórias inertes, estas últimas destinadas a valorização para uso interno.



FIGURA 2: ESCORIAS FERROSAS



FIGURA 3: ESCORIAS INERTES

Em 2026 mantém-se o objetivo de apostar na ***VALORIZAÇÃO ORGÂNICA.*** Apesar dos diversos constrangimentos quer a nível técnico, quer de financiamento, mantem-se a aposta na construção de uma central de valorização orgânica que permita tratar todos os biorresíduos que dão entrada nas instalações e não apenas os resíduos verdes.

O ***CENTRO DE PROCESSAMENTO DE SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL*** (CPSA), com a sua construção assente num protococo estabelecido com o IAMA, destina-se essencialmente a processar os SPOAS resultantes dos abates efetuados nos matadouros dos Açores (com exceção de São Miguel), bem como salas de desmancha e os animais mortos nas pastagens da ilha Terceira.

No período compreendido entre **1 de janeiro e 30 de junho de 2026**, foram rececionadas **2132,76 toneladas** de resíduos SPOAS, das quais 1843,11 toneladas tiveram origem na ilha Terceira. As restantes 289,65 toneladas foram encaminhadas em **24 contentores**, provenientes das restantes ilhas dos Açores, excluindo a ilha de São Miguel.



FIGURA 5: CENTRO DE PROCESSAMENTO DE SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

A ***CENTRAL DE VALORIZAÇÃO ENERGÉTICA*** destinada ao processamento dos resíduos que não apresentam alternativa de valorização, constitui o destino final dos resíduos urbanos e equiparados produzidos na ilha Terceira e entregues de forma indiferenciada, bem como da maioria dos resíduos industriais banais e perigosos. É também o destino de valorização da fração refugo proveniente dos diversos Centros de Processamento de Resíduos dos Açores, com exceção da ilha de S. Miguel, recebendo desta ilha apenas alguns resíduos especiais com obrigação de valorização energética. A quantidade total incinerada acumulada foi de **16 553,91** toneladas, com uma média de 6,04 toneladas/hora.

Relativamente à composição dos resíduos encaminhados para bunker da CVE, a fração correspondente aos resíduos de origem doméstica representou 75,34% do total. Os subprodutos de origem animal corresponderam a 6,57%, os pneus a 1,74% e as lamas cerca de 3,38%. A restante fração, correspondente a 12,98%, integra outros tipos de resíduos, nomeadamente resíduos industriais, resíduos perigosos, entre outros.

Em termos de rendimento/indicadores de desempenho da instalação, o índice de utilização situou-se nos 65%, correspondendo a aproximadamente 114 dias de funcionamento, num total de 181 dias de funcionamento previstos para o período. Embora este valor permaneça abaixo do objetivo estabelecido, o número de dias de funcionamento evidencia uma evolução positiva e uma recuperação da utilização efetiva da instalação, face ao desempenho anteriormente registado.

Importa, contudo, referir que a disponibilidade da instalação foi de 97,78%, considerando a paragem programada para manutenção, realizada entre 26/06/2026 e 15/07/2026.

A eficiência de exploração da instalação no período em análise foi de 69%, o que significa que a central utilizou mais de metade da sua capacidade teórica de tratamento. Este indicador relaciona a quantidade de resíduos efetivamente incinerados com a quantidade que a instalação poderia tratar caso tivesse funcionado continuamente à sua carga nominal de 5,5 t/h, durante o período considerado. O valor obtido evidencia que a instalação ainda não atingiu o seu potencial máximo de exploração.

Este resultado foi condicionado pelo número de horas de funcionamento efetivo e pelas paragens ocorridas durante o período, nomeadamente as interrupções decorrentes das avarias registadas no primeiro trimestre e a paragem programada para manutenção. Apesar de a instalação possuir uma

capacidade nominal de tratamento de 5,5 toneladas de resíduos por hora, as interrupções verificadas limitaram a quantidade total de resíduos processados.

De um modo geral, os indicadores registados continuam abaixo dos valores de referência, mas evidenciam uma tendência de recuperação da atividade da instalação. A retoma do funcionamento e o aumento da utilização efetiva permitem perspetivar uma evolução favorável dos indicadores nos períodos seguintes, devendo a continuidade desta recuperação ser acompanhada, em particular após a realização da manutenção programada.

Nos 114 dias em que a central operou foi produzido um total de 6 874,67 MWh e exportados para a rede pública 5 349,93 MWh.

À semelhança do ano passado, no 1.º semestre de 2026 manteve-se a não aplicação do cálculo dos ressarcimentos sobre a produção de energia injetada na rede, em resultado da impossibilidade de aplicação do algoritmo de cálculo, decorrente da entrada em funcionamento do AEG5 da empresa CAEN.



FIGURA 6: ASPETO DA CHAMINÉ DA CENTRAL DE VALORIZAÇÃO ENERGÉTICA

Importa, contudo, referir que o Decreto Legislativo Regional n.º 2/2026/A, de 21 de janeiro, vem alterar o enquadramento aplicável à injeção de energia elétrica na rede, entrando em vigor em 20 de julho de 2026. Nos termos do artigo 54.º, n.º 5, deste diploma, a produção de energia elétrica através da valorização energética de resíduos sólidos urbanos passará a beneficiar de prioridade de injeção na rede, sendo precedida apenas pela produção de eletricidade com origem geotérmica e hídrica.

A nível de cumprimento das obrigações ambientais, os resultados das diversas campanhas de monitorização confirmam o cumprimento dos valores limite de emissão.

No que se refere ao ***CONFINAMENTO TÉCNICO***, foram encaminhadas 308,52 toneladas de resíduos para aterro de resíduos banais o que corresponde 1,40% do total de resíduos e SPOAS recebidos. Do total de resíduos recebidos na instalação, não foram depositados resíduos em aterro de resíduos perigosos.

Na sequência do aumento do armazenamento de resíduos, a receção de resíduos provenientes dos centros de processamento das restantes ilhas tem sido controlada, tendo em consideração a eficiência de exploração da instalação e a necessidade de garantir a capacidade de tratamento dos resíduos rececionados. No 2.º trimestre foram recebidas 1385,54 toneladas de resíduos (Refugo) provenientes dos centros de processamento das outras ilhas, contribuindo para o aumento das necessidades de gestão de armazenamento.

Neste contexto, a atividade de mineração não tem sido realizada, uma vez que a prioridade operacional tem sido assegurar o tratamento dos resíduos rececionados. Adicionalmente, a ocorrência de paragens acidentais reduziu o tempo efetivo de funcionamento da instalação, limitando a capacidade de tratamento de resíduos e impossibilitando a realização de outras atividades, nomeadamente a mineração e passivo.

O ***CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES AMBIENTAIS E A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL*** é um dos eixos fundamentais da estratégia da TERAMB. Manteve-se o cumprimento das obrigações ambientais, quer em termos de hierarquia do tratamento dos resíduos quer ainda do cumprimento de todos os requisitos das diversas licenças. No que se refere ao cumprimento dos diversos planos de monitorização ambiental não se verificaram irregularidades a registar.

O INVESTIMENTO

Quanto ao investimento, no 2.º trimestre de 2026, a prioridade manteve-se centrada na continuidade operacional e na melhoria da fiabilidade dos equipamentos da instalação. No período foram realizadas intervenções de manutenção preventiva, inspeção, reparação e substituição de equipamentos e componentes, de acordo com as necessidades identificadas no âmbito do plano de manutenção.

No âmbito das paragens programadas, a intervenção no CPSA, inicialmente prevista para decorrer entre os dias 17/04/2026 e 24/04/2026, foi prolongada até ao dia 08/05/2026, tendo sido realizados trabalhos adicionais de reparação necessários à reposição das condições de operacionalidade e fiabilidade dos equipamentos. O custo associado à reparação realizada durante esta intervenção ascendeu a 17.736,22 €.

Teve igualmente início, em 26/06/2026, a paragem programada da Central de Valorização Energética, prevista até ao dia 15/07/2026, encontrando-se, à data de 30 de junho, em curso os trabalhos de manutenção preventiva, inspeção, reparação e substituição de componentes críticos.

As intervenções realizadas durante o trimestre, bem como as que se encontravam em curso à data de 30 de junho, enquadram-se nas prioridades de investimento definidas para 2026, visando assegurar a continuidade da operação, a disponibilidade das instalações e equipamentos e a melhoria da sua fiabilidade e desempenho.

Análise da Situação Financeira

No período em referência, o volume de negócios ascendeu a 2.243.012,00 €, o que representa um aumento de 4 % face ao período homólogo de 2025 (2.148.572,19 €). Deste montante, 31,09% corresponde a vendas, essencialmente resultantes da comercialização da eletricidade produzida pela CVE, enquanto os restantes 68,91% dizem respeito a prestações de serviços.

No 2.º trimestre de 2026, as vendas de energia elétrica ascenderam a 697 401,41 €, valor superior em 0,48% ao previsto para o período (694 046,70 €). Este desvio positivo resulta, essencialmente, da maior disponibilidade da instalação e da regularidade do seu funcionamento ao longo do trimestre, permitindo compensar o impacto das paragens intempestivas ocorridas no início do ano.

A prestação de serviços totalizou 1 545 610,59 €, valor praticamente em linha com o previsto para o trimestre, de 1 545 622,46 €. A diferença registada foi de apenas 11,87 €, correspondente a um desvio de -0,0008%, pelo que o valor realizado se encontra, na prática, em conformidade com o previsto.

Este resultado demonstra que, apesar das variações verificadas na quantidade de resíduos rececionados, estas não tiveram impacto significativo no valor da prestação de serviços no período, mantendo-se o nível de receita praticamente coincidente com o valor orçamentado.

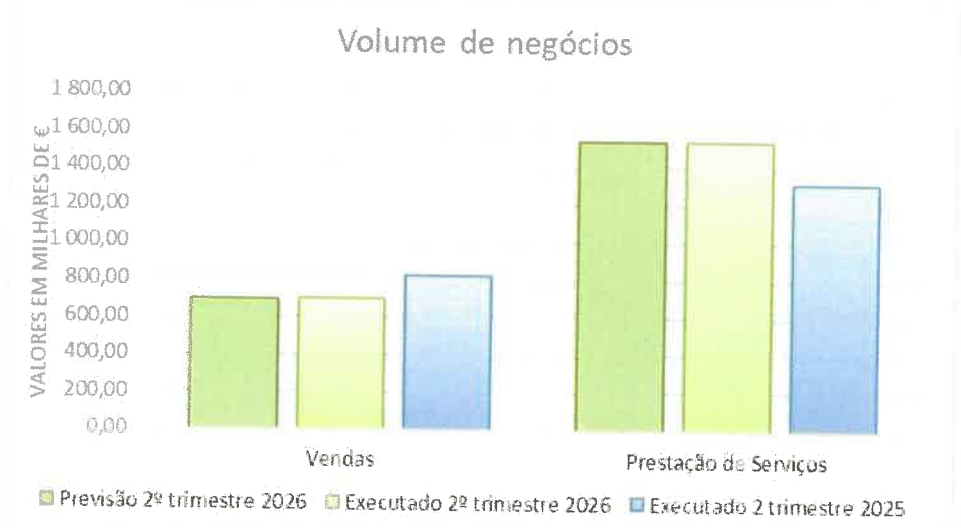


GRÁFICO 1: VOLUME DE NEGÓCIOS, REPARTIDO POR VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COMPARAÇÃO COM O PREVISTO EM ORÇAMENTO E COM O EXECUTADO EM PERÍODO HOMOLOGO.

A estes valores acresce 609 600,63 € provenientes da imputação de subsídios ao investimento concedido pelo POVT e pelo programa PO2020. A nota justificativa do cálculo destes valores pode ser observada no ponto 24 do documento Anexo às Demonstrações Financeiras.

As despesas correntes, com um valor de 1 779 977,03 €, representam uma execução orçamental de 87% e um aumento de 3,64% relativamente ao período homólogo de 2025. Este aumento resulta essencialmente do acréscimo dos Gastos com Pessoal, que registaram uma variação de 58 607,16 €, correspondente a um aumento de 10,58% face ao período homólogo, e, em menor medida, do aumento do Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (CMVMC), no montante de 26 203,16 €, correspondente a um acréscimo de 7,90%.

Em sentido contrário, os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) registaram uma redução de 22 243,98 €, face ao período homólogo, contribuindo para atenuar o crescimento global das despesas correntes.

No que se refere à repartição da despesa corrente, os custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas contabilizam 13%, os fornecimentos e serviços externos representam 30%, enquanto os gastos com o pessoal tiveram um peso de 23%.

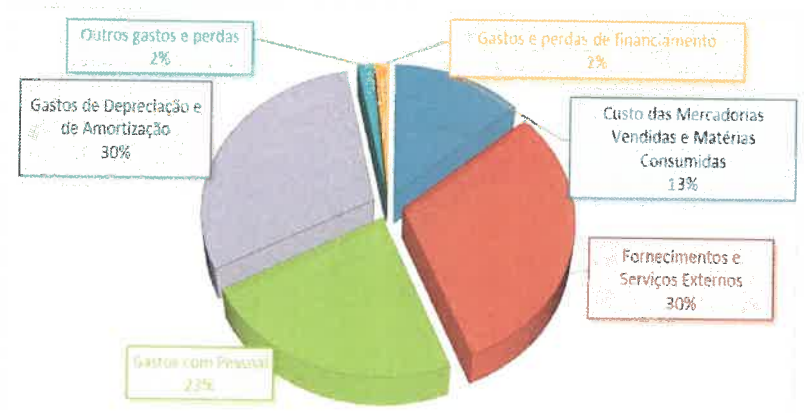


GRÁFICO 2: REPRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA DOS GASTOS E PERDAS

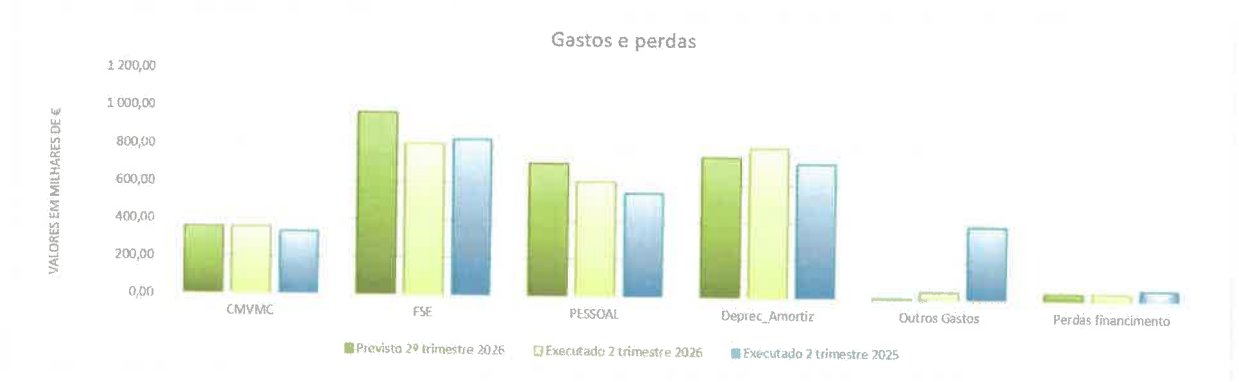


GRÁFICO 3: GASTOS E PERDAS, REPARTIDO POR CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS (CMVMC), FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS (FSE), GASTOS COM PESSOAL (PESSOAL), GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO (DEPREC_AMORTIZ), OUTROS GASTOS, GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO (PERDAS FINANCIAMENTO) E COMPARAÇÃO COM O PREVISTO EM ORÇAMENTO E COM O EXECUTADO EM PERÍODO HOMOLOGO

No que se refere aos gastos associados ao investimento e aos outros gastos e perdas, os gastos com depreciações e amortizações ascenderam a 795 762,69 €, correspondendo a uma execução de 107% face ao valor previsto para o período (746 647,44 €). Estes gastos refletem o reconhecimento contabilístico do consumo dos benefícios económicos dos ativos da empresa ao longo da sua vida útil.

Os gastos e perdas de financiamento totalizaram 39 926,11 €, correspondendo essencialmente a juros e outros encargos associados aos financiamentos contratados. Este valor representa uma execução de 109% face ao previsto para o período (36 678,70 €), traduzindo um acréscimo de 3 247,41 €, embora sem impacto material no conjunto dos gastos da empresa.

Balanço e Resultados

O total do ativo da TERAMB ascendia, no final do período, a **30.592.852,95 €,** enquanto o passivo totalizava **6.404.728,24 €.**

Os capitais próprios totalizavam **24.189.124,71€**, sendo constituídos por **1 950 000,00 €** de capital subscrito, **136.840,83 €** de reservas legais, **1.795.007,83€** de outras reservas, **312 436,02 €** de resultados transitados e **19.801.245,92 €** de outras variações do capital próprio. A estes valores acresce o resultado líquido do período, no montante de **193 594,11 €.**

No período de referência, o resultado antes de impostos foi positivo, ascendendo a **194 026,01 €,** refletindo a evolução favorável dos resultados da empresa no 2.º trimestre de 2026.

Demais Informações Exigidas por Diplomas Legais

O Conselho de Administração da TERAMB informa que não concedeu quaisquer autorizações nos termos do n.º 1 do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais. Mais informa o Conselho de Administração que a TERAMB tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, o mesmo sucedendo com a administração fiscal.

Resultados

O resultado líquido da sociedade, a 30 de junho de 2026, é positivo, no montante de **193 594,11 €**, representando uma redução de 392 621,73 €, correspondente a 67,0%, face ao resultado líquido registado no período homólogo de 2025, que ascendeu a 586 215,84 €.

A redução do resultado líquido registada em 2026 face ao período homólogo de 2025 deve ser analisada tendo em consideração, sobretudo, o efeito extraordinário ocorrido em 2025, decorrente do loteamento transferido para o Município. Este rendimento contribuiu de forma significativa para o resultado líquido de 2025, não tendo ocorrido uma operação de natureza semelhante no período em análise de 2026.

Para além deste efeito não recorrente, a evolução do resultado líquido em 2026 resulta também da variação dos rendimentos e gastos da atividade, destacando-se o aumento dos Gastos com Pessoal,

do Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (CMVMC) e dos Gastos de Depreciação e Amortização, que contribuíram para uma maior pressão sobre o resultado do período.

Assim, a comparação entre os dois períodos encontra-se significativamente influenciada pela existência, em 2025, de um rendimento extraordinário que não se repetiu em 2026. Apesar deste efeito e da evolução dos gastos, a sociedade manteve uma situação **de resultado líquido positivo**, no montante de **193 594,11 €,** a 30 de junho de 2026.

Angra do Heroísmo, 10 de Setembro de 2026

O Conselho de Administração

Emanuel Raimundo Pereira de Sousa (Presidente)

Paulo Alexandre Silva Lima (Vogal)

Sara Maria Grácio Cerdeira (Vogal)

Anexo I - Demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

2026

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	30. Junho. 2026	30. Junho. 2025	2025
Vendas e serviços prestados	22/32	2 243 012,00	2 148 572,19	4 287 979,07
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	20	-357 955,36	-331 752,20	-501 868,41
Fornecimentos e serviços externos	6/32	-809 250,84	-831 494,82	-1 823 220,05
Gastos com o pessoal	30	-612 770,83	-554 163,67	-1 221 600,96
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	29	0,00	0,00	-14,43
Aumentos / reduções de justo valor	29	0,00	0,00	-273,92
Outros rendimentos	24	609 600,63	1 421 255,87	2 036 088,84
Outros gastos	32	-42 920,79	-388 241,90	-400 288,10
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 029 714,81	1 464 175,47	2 376 802,04
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	8/9	-795 762,69	-716 473,14	-1 458 425,60
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		233 952,12	747 702,33	918 376,44
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	12	-39 926,11	-59 225,14	-105 851,54
Resultado antes de impostos		194 026,01	688 477,19	812 524,90
Imposto sobre o rendimento do período	27	-431,90	-102 261,35	-111 659,02
Resultado líquido do período	6	193 594,11	586 215,84	700 865,88

Contabilista Certificada
Nº 37799

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Emanuel Raimundo Pereira de Sousa)

(Paulo Alexandre Silva Lima)

(Sara Maria Grácio Cerdeira)

BALANÇO

2 026

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	30. Junho. 2026	2025
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangiveis	9	26 921 454,22	27 709 080,64
Ativos intangíveis	8	196 579,60	202 295,20
		27 118 033,82	27 911 375,84
ATIVO CORRENTE:			
Inventários	20	1 907 314,44	1 838 139,16
Clientes	29	1 229 581,28	1 133 464,81
Estado e outros entes públicos	29	54 609,93	233 842,89
Outros créditos a receber	29	3 181,55	3 577,34
Diferimentos	29	185,79	22 739,98
Caixa e depósitos bancários	5	279 946,14	554 261,44
		3 474 819,13	3 786 025,62
Total do ativo		30 592 852,95	31 697 401,46
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	7	1 950 000,00	1 950 000,00
Reservas legais		136 840,83	101 327,63
Outras reservas		1 795 007,83	1 120 256,97
Resultados transitados		312 436,02	321 834,20
Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	24	19 801 245,92	20 319 988,76
		23 995 530,60	23 813 407,56
Resultado liquido do período	6	193 594,11	700 865,88
Total do capital próprio		24 189 124,71	24 514 273,44
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	12/29	1 755 827,41	1 755 827,41
Outras dividas a pagar	29	3 231 803,29	3 231 803,29
		4 987 630,70	4 987 630,70
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	29	961 825,80	841 070,95
Estado e outros entes publicos	29	38 909,42	88 878,44
Financiamentos obtidos	12/29	155 949,42	309 246,48
Outras dividas a pagar	29	259 412,90	956 301,45
Total do passivo corrente		1 416 097,54	2 195 497,32
Total do passivo		6 403 728,24	7 183 128,02
Total do capital próprio e do passivo		30 592 852,95	31 697 401,46

Contabilista Certificada
Nº 37799

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Emanuel Raimundo Pereira de Sousa)

(Paulo Alexandre Silva Lima)

(Sara Maria Grácio Cerdeira)

ANEXO

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 Designação da Entidade: TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM

1.2 Sede: Aterro Sanitário Intermunicipal da Ilha Terceira, Biscoito da Achada, freguesia de Ribeirinha, concelho de Angra do Heroísmo

1.3. Natureza: EM – Empresa Pública Municipal

1.4 Área de Intervenção: A área de intervenção geográfica da sociedade coincide com a Região Autónoma dos Açores, em particular na ilha Terceira

1.5 NIPC: 509 620 515

1.6 Natureza da Atividade: Empresa Municipal de gestão e valorização energética de resíduos, encarregada prioritariamente dos serviços de interesse geral de gestão, tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos dos municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória. Exerce atividades no âmbito da construção, gestão, exploração, tratamento e valorização de sistemas de resíduos sólidos, de abastecimento de águas e de energias renováveis. Pode ainda exercer atividades acessórias relacionadas com o seu objeto, designadamente, atividades complementares ou subsidiárias à recolha e tratamento de atividades complementares ou subsidiárias à recolha e tratamento de resíduos sólidos e de higiene pública, sistemas de informação geográfica. Para assegurar a realização do seu objeto, poderá, nos termos da legislação aplicável, participar em empresas ou outras formas organizativas permitidas por lei. Para efeitos do número anterior, poderá delegar as suas atribuições nos termos legais (CAE-38212-R3)

1.7 Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em euros, sendo o euro a moeda funcional e de apresentação.

2. REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto e Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), com as consequentes adaptações em função das necessidades de relato financeiro da sociedade.

2.2 – Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Todos os bens considerados ativos fixos tangíveis com valor inferior a 1.000€ e cuja vida útil estimada seja reduzida, são levados a gastos do exercício, dada a sua imaterialidade, pelo que é derrogado o §7 da NCRF nº7. Salvo esta exceção, não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, outros casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelas NCRF.

2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que uma NCRF o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILISTICAS

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expetativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

As notas constantes deste Anexo estão de acordo com as notas definidas na legislação aplicável (NCRF), em conjugação com as notas exigidas no Anexo A da IES – Informação Empresarial Simplificada, declaração a partir da qual é feita a prestação de contas da sociedade, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais, sendo de referir que as não incluídas não são aplicáveis ou significativas para a compreensão das demonstrações financeiras.

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

4.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

Ativos Fixos Tangíveis:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados pelo modelo do custo, determinado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. (em alternativa, pelo modelo da revalorização, determinado pela quantia revalorizada menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subsequentes.

Ativos intangíveis:

Os ativos intangíveis estão registados pelo modelo do custo, determinado pelo custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas. (em alternativa, pelo modelo da revalorização, determinado pela quantia revalorizada menos qualquer amortização acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subsequentes).

Imposto sobre o rendimento:

A empresa encontra-se sujeita a Importo sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa nominal de 11,20% sobre a matéria coletável até 50.000€ e à taxa de 14% na parte que exceda aquela quantia. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda a derrama (como a empresa tem a sua sede no Conselho de Angra do Heroísmo, beneficia de Isenção), bem como tributações autónomas sobre determinados encargos.

A empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre a base contabilística dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos.

Inventários:

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao custo é reconhecido o respetivo ajustamento para o valor realizável líquido como gasto do período (perdas por imparidade).

Clientes e outros valores a receber:

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal, deduzido de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas".

Caixa e depósitos bancários:

Este item inclui os valores em caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários, mensurados pelas respetivas quantias nominais. Os descobertos bancários, quando existem, são incluídos na rubrica "Financiamentos Obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira, quando existem, são convertidos com base na taxa de câmbio à data do fecho.

Provisões:

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa, pelo respetivo valor ou pelo seu valor presente.

Fornecedores e outras contas a pagar:

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

Financiamentos bancários:

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Esses financiamentos bancários são mensurados ao custo amortizado. Os gastos de financiamento são determinados com base no método do juro efetivo (taxa de juro efetiva), sendo registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data do relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

Rédito e regime do acréscimo:

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da empresa. O rédito é reconhecido líquido do IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado, abatimentos e descontos. Observou-se o disposto na NCRF 20, ou seja, o rédito só é reconhecido quando é razoavelmente mensurável, sendo provável que se obtenha benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas" quando existe o direito de os receber.

Subsídios:

Os subsídios do Governo são reconhecidos pelo respetivo valor atribuído, quando existe a segurança de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos não reembolsáveis para o financiamento de ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos na rubrica "Outras Variações nos Capitais Próprios". São transferidos para resultados numa base sistemática, à medida que decorre o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios não reembolsáveis destinados a rendimentos (à exploração), visam o financiamento de encargos incorridos e registados no período como gastos, pelo que são reconhecidos em resultados à medidas em que os gastos são incorridos, independentemente do momento do recebimento do subsídio.

4.2 - Outras políticas contabilísticas relevantes

Não existem políticas contabilísticas relevantes, para além das apresentadas.

4.3 – Juízos de valor e principiais fontes de incerteza associadas a estimativas:

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4.4 – Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da sociedade. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4.5 – Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte

As principais fontes de incerteza residem nas estimativas contabilísticas mais relevantes:

Provisões:

A empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes. À data de 30 de junho de 2026, a empresa não registou qualquer provisão por não ser aplicável.

Ativos tangíveis e intangíveis:

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação e amortização a aplicar, é essencial para determinar o montante dos gastos desta natureza a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício. Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional, tendo em consideração o carácter de reversibilidade de determinadas classes de ativos.

Imparidade:

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da empresa tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

5. FLUXOS DE CAIXA

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos numa base líquida, obtidos a partir dos registos contabilísticos da sociedade.

No fluxo operacional relativo aos "pagamentos ao pessoal", encontram-se registados os valores líquidos efetivamente pagos ao pessoal, sendo que os encargos relacionados com impostos em que a sociedade atua como responsável pela liquidação, retenção e entrega das respetivas importâncias encontram-se registados no fluxo operacional "pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento".

O fluxo da atividade de investimento relativo a "juros e rendimentos similares", está registado numa base líquida, encontrando-se aqui registados os montantes efetivamente recebidos pela empresa.

A desagregação dos valores inscritos em caixa e seus equivalentes no fim do período encontram-se desagregados no Quadro 5 dos "Quadros - ANEXO" em anexo.

6. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

6.1 – Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros:

Não se verificaram alterações em estimativas contabilísticas.

6.2 – Alterações em políticas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros:

Não se verificaram alterações nas políticas contabilísticas.

6.3 – Erros materialmente relevantes de períodos anteriores:

Foram detetados alguns erros, materialmente irrelevantes, relativamente a períodos anteriores, no montante global de 9.398,18€, os quais, porém, são corrigidos por reexpressão retrospetiva, nas correspondentes rubricas dos exercícios correspondentes, de acordo com a NCRF 4, pelo que o comparativo reexpresso elaborado, respeita a característica da comparabilidade.

Para o efeito, o comparativo de 2025 foi ajustado retrospetivamente, nas rubricas constantes do Quadro 6 dos "Quadros - ANEXO" em anexo.

7. PARTES RELACIONADAS

7.1. – Entidades que participam no capital da empresa

A sociedade foi constituída em 01.11.2010, tendo início de atividade efetivo em janeiro de 2011. Participam no capital da sociedade os Municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, com 60% e 40%, respetivamente.

7.2. – Remuneração dos administradores

O Conselho de Administração é composto por três Administradores, dos quais, apenas um auferiu remunerações no exercício, no montante bruto de 22.463,94€ a título de remunerações e 5.163,56€ como encargos sobre essas mesmas remunerações.

7.3. – Transações entre partes relacionadas

As transações efetuadas durante o primeiro semestre, entre a sociedade e os acionistas, bem como com os administradores ou entidades com estes relacionados, são as constantes do Quadro 7 dos "Quadros - ANEXO" em anexo.

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos fixos intangíveis adquiridos são registados pelo seu custo de aquisição e a sua mensuração subsequente assenta no modelo do custo deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, conforme o previsto no Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro.

O ganho ou a perda resultante da alienação ou abate de um ativo intangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecido em resultados no período em que ocorra.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida podem ser amortizados num período máximo de 10 anos.

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações, encontram-se desenvolvidas no Quadro 8 dos "Quadros - ANEXO", em anexo.

9. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a sociedade espera vir a incorrer, deduzidos das depreciações, as quais são acumuladas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado de acordo com as taxas previstas no Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro, em sistema de duodécimos. As taxas de depreciação aplicadas à globalidade dos ativos fixos tangíveis resumem-se como se segue:

- Edifícios e outras construções: entre 20 e 50 anos
- Equipamento básico: entre 5 e 12 anos

- Equipamento de transporte: entre 4 e 10 anos
- Equipamento administrativo: entre 3 e 16 anos
- Outros ativos fixos tangíveis: entre 3 e 16 anos

As vidas úteis e o método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

Os encargos com conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício.

Os ativos fixos tangíveis que possam estar em curso à data do termo do exercício, representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela administração. Em 30 de junho de 2026 a empresa não tinha ativos fixos tangíveis em curso.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data da alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "outros rendimentos e ganhos" ou "outros gastos e perdas".

Qualquer aumento resultante de revalorizações é registado no capital próprio como excedente de revalorização, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

O Conselho de Administração da empresa confirma que a 30 de junho de 2026, as apólices de seguros contratualizados para a cobertura de riscos relativos aos ativos fixos, encontram-se devidamente atualizadas.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as depreciações, as perdas por imparidade e suas reversões, as revalorizações e outras alterações, encontram-se desenvolvidas no Quadro 9 dos "Quadros - ANEXO", em anexo.

10. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS (Não aplicável)

11. LOCAÇÕES (Não aplicável)

12. CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido. O valor de comissões com a emissão desses empréstimos, bem como os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados como gastos à medida que são incorridos, respeitando o regime do acréscimo. Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, sendo que nesse caso são registados como passivos não correntes.

A empresa contraiu em julho de 2021, um novo financiamento bancário no montante global de 2.500.000,00€, com vista a amortizar integralmente o financiamento que tinha em curso, o qual foi contraído para financiar o plano de investimento iniciado no exercício de 2013, bem como para fazer face a necessidades de tesouraria, além de melhorar as condições de reembolso do financiamento em causa. O financiamento bancário está

garantido com hipoteca sobre o direito de superfície que a empresa possui relativamente ao artigo matricial 1691 da freguesia da Ribeirinha, Concelho de Angra do Heroísmo, descrito na Conservatória do Registo Predial de Angra do Heroísmo sob o artigo 1463.

Em dezembro de 2023 a empresa contratualizou um novo financiamento bancário, na modalidade de abertura de crédito até ao limite de 500.000,00€, mediante a apresentação de uma livrança subscrita pela empresa, dos quais a empresa utilizou 350.000,00€, podendo o montante remanescente vir a ser utilizado num período de 12 meses, sendo o prazo de reembolso de 120 meses, destinando-se o mesmo a suprir necessidades de tesouraria.

As respetivas quantias líquidas escrituradas e o respetivo registo em passivos correntes e não correntes, encontram-se descritos no Quadro 12 dos "Quadros - ANEXO", em anexo.

20. INVENTÁRIOS

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como fórmula de custeio, em sistema de inventário permanente.

Os inventários são reconhecidos como gastos, no momento da realização do respetivo rédito ou no momento do seu consumo e ainda pelo reconhecimento quer de ajustamentos para o valor realizável líquido quer de quaisquer outros ajustamentos ou perdas.

Em 30 de junho de 2026 a rubrica "inventários" apresentava a composição constante do Quadro 20 dos "Quadros - ANEXO", em anexo.

22. RÉDITO

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade sendo mensurado pela quantia da contraprestação acordada e contratada entre a empresa e os seus clientes, líquido do imposto sobre o valor acrescentado e tomando em consideração a quantia de quaisquer abatimentos e descontos concedidos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a sociedade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja, quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário recorre-se ao método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos como outros ganhos e perdas líquidos quando existe o direito de os receber.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

As quantias de cada categoria significativa de rédito reconhecidas durante o período são as constantes do Quadro 22 dos "Quadros - ANEXO", em anexo.

24. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios do Estado e outros entes públicos são reconhecidos ao seu valor nominal, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios de Entidades Públicas associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios de Entidades Públicas são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios de Entidades Públicas que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Em 30 de junho de 2026, encontra-se registado um subsídio ao investimento no montante global inicial de 35.383.920,12€, já tendo sido recebido na sua totalidade, relativo a uma comparticipação de 100% no âmbito de uma candidatura ao POVT – Programa Operacional Temático de Valorização do Território, Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais, destinado a comparticipar a construção da "Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira". A comparticipação a 100% teve a ver com o fato da empresa ter dado cumprimento às metas pré-estabelecidas no âmbito da referida candidatura. Relativamente a este subsídio, foi reconhecido como rendimento do período o montante de 560.972,52€.

Em 2022 a empresa reconheceu um novo subsídio, cuja candidatura foi apresenta ainda no âmbito do PO2020, destinado a comparticipar o projeto de mineração em curso, no montante de 1.274.738,81€, cuja taxa de comparticipação é de 85%, podendo vir a atingir os 100% se a empresa atingir de terminadas metas estabelecidas no programam em causa. Relativamente a este subsídio, foram reconhecidos rendimentos no montante de 47.166,842€ em 2026.

Uma vez que os subsídios ao investimento estão sujeitos a tributação, o aumento nos capitais próprios decorrente do registo dos mesmos, deve ter em conta a quantia de imposto que lhes está associada, pelo que foi registado o respetivo ajustamento global, cujo valor da regularização relativa a esta rubrica ascende em 2026 a 89.396,52€, sendo o saldo a regularizar em períodos futuros no montante global de 3.321.199,73€.

O imposto estimado imputável ao rendimento gerado pelos subsídios ao investimento encontra-se calculado à taxa de 14% (taxa de imposto em vigor para o exercício de 2026). Sempre que a taxa de imposto sofrer alterações, o valor do ajustamento estimado será reajustado.

Relativamente aos subsídios ao investimento, a Administração entende que estão a ser cumpridas as condições inerentes à atribuição dos mesmos, sendo expectável que sejam cumpridas até ao final do respetivo reconhecimento.

Em 30 de junho de 2026 a rubrica "subsídios ao investimento" apresentava a composição constante do Quadro 23 dos "Quadros - ANEXO", em anexo.

26. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente relevantes.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se verificaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação revelada nas contas, para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

27. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre rendimento do período compreende o imposto corrente e o imposto diferido. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados nas respetivas rubricas do capital próprio.

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Relativamente ao cálculo da estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício, a mesma é apurado de acordo com a matéria coletável estimada, tendo em conta os rendimentos sujeitos (o lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros períodos, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis).

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, sendo os ativos por impostos diferidos reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros tributáveis futuros suficientes para compensar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expetativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que foram formalmente aprovadas até à data do presente relato.

Uma vez que a empresa não reúne os requisitos previstos no nº4 do artigo 3º do anexo ao Decreto-Lei nº 372/2007 e, consequentemente, não cumpre os requisitos previstos no nº2 do artigo 87º do CIRC, não sendo a mesma considerada como PME, pelo que está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) apenas à taxa de 14% para o montante global de matéria coletável. Porém, a empresa solicitou um parecer à Autoridade Tributária, no sentido de aferir o respetivo enquadramento como "Small Mid Cap", nos termos previstos no Decreto-Lei nº81/2017 de 30 de setembro, não sendo o mesmo totalmente clarificador. Contudo, uma vez que a empresa cumpre os requisitos deste conceito, optou por aquele enquadramento, pelo que a matéria coletável até 50.000,00€ passa a ser tributada à taxa de 11,2% e o montante que exceda aquele limite, será tributado à taxa de 14%.

O imposto corrente sobre o rendimento, estimado e reconhecido na Demonstração dos Resultados para o período findo em 30 de junho de 2026, bem como o imposto diferido, encontram-se detalhados no Quadro 27 dos "Quadros - ANEXO" e diz respeito neste período, apenas ao valor das tributações autónomas.

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A empresa reconhece os ativos financeiros, os passivos financeiros ou um instrumento de capital próprio apenas e quando a mesma se torna parte disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo ou ao justo valor.

Os ativos financeiros incluídos nas categorias do "custo" ou "custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

A empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A emrpesa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Dívidas de clientes:

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas das dívidas de clientes. As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas como sendo de cobrança duvidosa, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis.

Depois de efetuadas todas as diligências tendentes à boa cobrança das dívidas e mantendo-se as mesmas por cobrar, quer estas sejam consideradas não recuperáveis ou que haja uma diminuta expectativa para a sua recuperação, são sujeitas ao cálculo de imparidades, as quais tendo por base um critério de prudência e a experiência acumulada da Administração, são calculadas de acordo com a antiguidade da dívida, dado o elevado grau de subjetividade envolvido. Excetuam-se os casos, em que se as dívidas em causa forem reclamadas judicialmente, são de imediato consideradas não recuperáveis e sujeitas a cálculos de imparidades pela totalidade.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade deixem de se verificar.

O Quadro 29 dos "Quadros - ANEXO" revela as principais rubricas de ativos e passivos financeiros, relacionados com o normal funcionamento da actividade da empresa a 30 de junho de 2026.

30. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios dos empregados classificam-se em:

a) Benefícios de curto-prazo:

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios, gratificações, despesas de representação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Administração. Incluem ainda contribuições para a Segurança Social, licença por doença, participação nos lucros e gratificações (pagos dentro dos 12 meses) e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos).

O gasto relativo a participações nos lucros e/ou gratificações é relevado dentro do período em que o trabalhador prestou o seu contributo (desde que exista uma obrigação presente, legal/construtiva e que a mesma possa ser mensurada com fiabilidade). As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte.

b) Benefícios de médio/longo prazo:

Incluem-se nesta rubrica os benefícios relacionados com licença de longo serviço, jubileu ou outros benefícios de longo serviço, benefícios de invalidez de longo prazo, e se não foram liquidáveis dentro de 12 meses, a participação nos lucros, gratificações e remunerações diferidas.

A Entidade reconhece o gasto ou o passivo relativo ao benefício à medida que os trabalhadores vão adquirindo o direito ao mesmo, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente.

c) Outros benefícios:

São ainda considerados benefícios pós-emprego as seguintes rubricas: pensões, outros benefícios de reforma, seguros de vida pós-emprego e cuidados médicos pós-emprego.

A empresa não tem qualquer responsabilidade contratual com o pagamento de complementos de pensões de reforma.

d) Benefícios de cessação:

Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

e) Benefícios de remuneração em capital próprio:

Resulta do direito a receber por parte dos empregados, instrumentos de capital próprio emitidos pela Entidade, ou do fato do valor da obrigação a pagar aos empregados depender do preço futuro de instrumentos financeiros de capital próprio emitidos pela mesma.

Em 2026 a empresa apenas tem registados encargos com benefícios de curto prazo. A empresa manteve durante o exercício regularidade em matéria de pagamentos a pessoal. Os saldos que se apresentam em dívida no final do período são, salvo raras exceções, regularizados nos períodos subsequentes.

O Quadro 30 dos "Quadros - ANEXO" reflete informações relativas ao pessoal e respetivos gastos.

31. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Administração informa que a empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do artigo 2º do Decreto-Lei nº 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210º do Código Contributivo a Administração informa que a situação da empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos estipulados.

32. OUTRAS INFORMAÇÕES

32.1. – Fornecimentos e Serviços Externos

O valor total desta rubrica ascendeu a 809.250,84€ no primeiro semestre de 2026. O Quadro 32.1 dos "Quadros - ANEXO" apresenta em detalhe a decomposição desta rubrica.

32.2. – Informação por código de atividade

O Quadro 32.2 dos "Quadros - ANEXO" apresenta em detalhe a decomposição de várias rúbricas, de acordo com o CAE da empresa.

32.3. – Informação por Mercado Geográfico

O Quadro 32.3 dos "Quadros - ANEXO" apresenta em detalhe a decomposição de várias rúbricas, de acordo com diferentes mercados.

33. DIVULGAÇÕES ADICIONAIS PARA AS ENTIDADES A QUE SE REFEREM A ALÍNEA h) DO Nº1 DO ARTIGO 2º E O Nº 4 DO ARTIGO 9º, AMBAS DP DECRETO-LEI Nº 158/2009, DE 13 DE JULHO, COM A REDAÇÃO DADA PELO DECRETO-LEI Nº 98/2015, DE 2 DE JUNHO

Estando a TERAMB, EM sujeita à Certificação Legal de Contas, foi atribuída à sociedade de Revisores Oficiais de Contas "SVTM - Santos Vaz, Trigo Morais & Associados, SROC, Lda", com sede em Rua da Alegria, nº 785, E14, Porto, a emissão da Certificação Legal de Contas, tendo sido faturados honorário relativos aos serviços prestados, no montante global (com IVA incluído) de 2.262,00€.

As demonstrações financeiras para o período findo em 30 de junho de 2026 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizada para emissão em 2 de setembro de 2026.

(Montantes expressos em euros)

Quadro 5 FLUXOS DE CAIXA

Caixa e seus Equivalentes

	2025	30. Junho. 2026
Caixa	724,04	788,47
Depósitos à Ordem	553 537,40	279 157,67
Outros depósitos bancários	0,00	0,00
Ativos financeiros ao justo valor	0,00	0,00
	554 261,44	279 946,14

Quadro 6 POLITICAS CONTABILISTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILISTICAS E ERROS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Rendimentos e Gastos

	Comparativo 31. Dezembro. 2025	Diferencial	Comparativo Reexpresso
Fornecimentos e serviços externos	-1 813 821,87	-9 398,18	-1 823 220,05
Resultado líquido do período	710 264,06	-9 398,18	700 865,88

BALANÇO

	Comparativo 2025	Diferencial	Comparativo Reexpresso
CAPITAL PRÓPRIO:			
Resultado líquido do período	710 264,06	-9 398,18	700 865,88
PASSIVO:			
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	831 672,77	9 398,18	841 070,95
Total do passivo corrente	2 186 099,14	9 398,18	2 195 497,32
Total do passivo	7 173 729,84	9 398,18	7 183 128,02
Total do capital próprio e do passivo	31 697 401,46	0,00	31 697 401,46

Quadro 7 PARTES RELACIONADAS

Entidades que participam no capital da empresa declarante

Entidade	NIF	Sede	Participação Valor	Participação %	Direitos de Voto	Ano de Início Participação
Município de Angra do Heroísmo	512 044 040	RAA-Portugal	1 170 000,00	60,00%	60,00%	2010
Município de Praia da Vitória	512 044 023	RAA-Portugal	780 000,00	40,00%	40,00%	2010

Transações entre Partes Relacionadas

Entidade	NIF	Natureza	Vendas e/ou P. Serviços	P. Serviços Intragrupo	Proveitos Financeiros	Compras e Aq. Serviços	Acordos de Partilha de Custos	Custos Financeiros
Município de Angra do Heroísmo	512 044 040	Acionista	672 788,96			1 670,97		
Município de Praia da Vitória	512 044 023	Acionista	20 591,69			0,00		
Praia Ambiente	512 097 780	Acionista Comum	195 355,00			54 664,19		

Saldos Pendentes a 31.12.2025

Entidade	NIF	Natureza	Valor a Receber	Valor a Pagar
Município de Angra do Heroísmo	512 044 040	Acionista	241 380,92	2 037,54
Município de Praia da Vitória	512 044 023	Acionista	11 686,70	
Praia Ambiente	512 097 780	Acionista Comum	258 535,90	64 399,96

Quadro 8 ATIVOS INTANGÍVEIS

Ativo Bruto

	Saldo em 31. Dezembro. 2025	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alineações	Correcções e Transferências	Saldo em 30. Junho. 2026
Goodwill	0,00				0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00				0,00
Programas de computador	0,00				0,00
Propriedade industrial	0,00				0,00
Direitos de superficie	0,00				0,00
Outros ativos intangíveis	343 280,28				343 280,28
	343 280,28	0,00	0,00	0,00	343 280,28

Depreciações Acumuladas

	Saldo em 31. Dezembro. 2025	Aumentos	Abates e Alineações	Correcções e Transferências	Saldo em 30. Junho. 2026
Goodwill	0,00				0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00				0,00
Programas de computador	0,00				0,00
Propriedade industrial	0,00				0,00
Direitos de superficie	0,00				0,00
Outros ativos intangiveis	140 985,08	5 715,60			146 700,68
	140 985,08	5 715,60	0,00	0,00	146 700,68

Quantia Liquida Escriturada Final

	Saldo em 31. Dezembro. 2025	Saldo em 30. Junho. 2026
Goodwill	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00
Direitos de superficie	0,00	0,00
Outros ativos intangiveis	202 295,20	196 579,60
	202 295,20	196 579,60

Quadro 9 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Ativo Bruto

	Saldo em 31. Dezembro. 2025	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alineações	Correcções e Transferências	Saldo em 30. Junho. 2026
Terrenos e recursos naturais	0,00				0,00
Edificios e outras construções	38 771 439,41				38 771 439,41
Equipamento básico	2 443 658,70		5 013,75		2 438 644,95
Equipamento de transporte	378 793,02				378 793,02
Equipamento administrativo	31 633,36	2 420,67			34 054,03
Equipamentos biológicos	0,00				0,00
Outros activos fixos tangíveis	210 551,75				210 551,75
Activos fixos tangíveis em curso	0,00				0,00
	41 836 076,24	2 420,67	5 013,75	0,00	41 833 483,16

Depreciações Acumuladas

	Saldo em 2025	Aumentos	Abates e Alineações	Correcções e Transferências	Saldo em 30. Junho. 2026
Terrenos e recursos naturais	0,00				0,00
Edificios e outras construções	12 352 673,51	688 942,20			13 041 615,71
Equipamento básico	1 418 896,63	77 538,06	5 013,75		1 491 420,94
Equipamento de transporte	244 505,72	13 544,34			258 050,06
Equipamento administrativo	21 601,85	1 959,27			23 561,12
Equipamentos biológicos	0,00	0,00			0,00
Outros activos fixos tangíveis	89 317,89	8 063,22			97 381,11
	14 126 995,60	790 047,09	5 013,75	0,00	14 912 028,94

Quantia Liquida Escriturada Final

	Saldo em 2025	Saldo em 30. Junho. 2026
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00
Edificios e outras construções	26 418 765,90	25 729 823,70
Equipamento básico	1 024 762,07	947 224,01
Equipamento de transporte	134 287,30	120 742,96
Equipamento administrativo	10 031,51	10 492,91
Equipamentos biológicos	0,00	0,00
Outros activos fixos tangíveis	121 233,86	113 170,64
Activos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00
	27 709 080,64	26 921 454,22

Quadro 12 CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

	Valor Contratual	2025 Corrente Saldo Inicial	2025 Corrente Saldo Final	2025 Não Corrente Saldo Inicial	2025 Não Corrente Saldo Final	30. Junho. 2026 Corrente Saldo Inicial	30. Junho. 2026 Corrente Saldo Final	30. Junho. 2026 Não Corrente Saldo Inicial	30. Junho. 2026 Não Corrente Saldo Final
Instituições de Crédito/Soc. Financeiras	3 000 000,00	401 112,36	309 246,48	1 953 318,96	1 755 827,41	309 246,48	155 949,42	1 755 827,41	1 755 827,41
Participantes de Capital: Suprimentos									
Outros Financiadores									
	3 000 000,00	401 112,36	309 246,48	1 953 318,96	1 755 827,41	309 246,48	155 949,42	1 755 827,41	1 755 827,41

	30. Junho. 2025	30. Junho. 2026
Custos dos empréstimos obtidos	59 225,14	39 926,11

Quadro 20 INVENTÁRIOS

CMVMC / Variação de Produção

	30. Junho. 2025		30. Junho. 2026	
	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo
Inventário Inicial	0,00	1 490 116,33	0,00	1 838 139,16
Compras	0,00	385 206,07	0,00	485 259,40
Reclassificações/Regularizações	0,00	-39 652,57	0,00	-58 128,76
Inventário Final	0,00	1 503 917,63	0,00	1 907 314,44
Custo das Mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,00	331 752,20	0,00	357 955,36

Quadro 22 RÉDITO

	30. Junho. 2025	30. Junho. 2026
	Valor Reconhecido	Valor Reconhecido
Vendas	825 686,22	697 401,41
Prestação de serviços	1 322 885,97	1 545 610,59
Subsídios à Exploração	0,00	0,00
Subsídios ao Investimento	1 421 255,87	608 139,36
Juros	0,00	0,00
	3 569 828,06	2 851 151,36

Quadro 24 SUBSIDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

Subsidios relacionados com ativos e Subsidios destinados à exploração

	Subsidios atribuidos em periodos anteriores	Valor atribuido no período	Valor imputado ao período	Subsidios atribuidos em periodos anteriores	Valor atribuido no período	Valor imputado ao período
		2025	30. Junho. 2025		30. Junho. 2026	30. Junho. 2026
Subsidios relacionados com ativos:						
Terrenos e recursos naturais	0,00	806 424,83	806 424,83	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	34 078 882,17	0,00	570 643,50	34 078 882,17	0,00	570 643,50
Equipamento básico	2 031 000,43	0,00	25 647,72	2 031 000,43	0,00	25 647,72
Equipamento de transporte	264 481,50	0,00	18 539,82	264 481,50	0,00	11 848,14
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	284 295,04	0,00	0,00	284 294,82	0,00	0,00
	36 658 659,14	806 424,83	1 421 255,87	36 658 658,92	0,00	608 139,36

Quadro 27 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Reconciliação da Taxa Efetiva de Impostos

	30. Junho. 2025	30. Junho. 2026
Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	688 477,19	194 026,01
Resultados fiscal do período	688 683,47	165 596,96
Reporte de rejuizos fiscais	0,00	0,00
Matéria coletável do período	688 683,47	165 596,96
Imposto corrente	101 236,47	20 558,57
Tributações autónomas	1 024,88	674,01
Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento	0,00	0,00
Taxa efetiva de imposto	14,70%	12,41%

Imposto sobre o Rendimento

	30. Junho. 2025	30. Junho. 2026
Imposto Corrente	-102 261,35	-431,90
Imposto Diferido	0,00	0,00
	-102 261,35	-431,90

Quadro 29 INSTRUMENTOS FINANCEIROS/ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

	2025				30. Junho. 2026			
	Mensurados ao Justo Valor	Mensurados ao Custo Amortizado	Mensurados ao Custo	Imparidade Acumulada	Mensurados ao Justo Valor	Mensurados ao Custo Amortizado	Mensurados ao Custo	Imparidade Acumulada
Activos financeiros:	**0,00**	**0,00**	**1 137 220,79**	**3 581,89**	**0,00**	**0,00**	**1 236 344,72**	**3 581,89**
Clientes			1 133 464,81	3 581,89			1 233 163,17	3 581,89
Adiantamento a fornecedores			0,00				0,00	
Accionistas/sócios			0,00				0,00	
Outras contas a receber			3 755,98				3 181,55	
Activos financeiros detidos para negociação			0,00				0,00	
Outros activos financeiros			0,00				0,00	
Passivos financeiros:	**0,00**	**0,00**	**6 814 578,32**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**6 364 818,82**	**0,00**
Fornecedores			606 182,85				961 825,80	
Adiantamento de clientes			0,00				0,00	
Accionistas/sócios			0,00				0,00	
Financiamentos obtidos			2 354 431,32				1 911 776,83	
Outras contas a pagar			3 853 964,15				3 491 216,19	
Passivos financeiros detidos para negociação			0,00				0,00	
Outros passivos financeiros			0,00				0,00	

Imparidades - Dívidas de Clientes

	Clientes de Cobrança Duvidosa:		Imparidades Acumuladas:		Imparidades Exercício:	
	2025	30. Junho. 2026	2025	30. Junho. 2026	30. Junho. 2025	30. Junho. 2026
Clientes de Cobrança Duvidosa:						
Reclamados judicialmente	82,44	82,44	82,44	82,44	0,00	0,00
Em mora:	*3 499,45*	*3 499,45*	*3 499,45*	*3 499,45*	*0,00*	*0,00*
Há mais de 6 meses e até 12 meses	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Há mais de 13 meses e até 18 meses	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Há mais de 19 meses e até 24 meses	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Há mais de 25 meses	3 499,45	3 499,45	3 499,45	3 499,45	0,00	0,00
Totais	3 581,89	3 581,89	3 581,89	3 581,89	0,00	0,00

Quadro 29 BENEFICIOS DOS EMPREGADOS, PESSOAS AOS SERVIÇO E GASTOS COM PESSOAL

Pessoas ao Serviço e Horas Trabalhadas

	30. Junho. 2025		30. Junho. 2026	
	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas
Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas:	45	41 760	44	43 110
Pessoas REMUNERADAS	45	41 760	44	43 110
Pessoas NÃO REMUNERADAS	0	0	0	0
Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário:	45	41 760	44	43 110
Pessoas a TEMPO COMPLETO	45	41 760	44	43 110
Das quais: Pessoas REMUNERADAS a TEMPO COMPLETO	45	41 760	44	43 110
Pessoas a TEMPO PARCIAL	0	0	0	0
Das quais: Pessoas REMUNERADAS a TEMPO PARCIAL	0	0	0	0
Pessoas ao serviço da empresa, por sexo:	45	41 760	44	43 110
Homens	38	35 040	37	36 278
Mulheres	7	6 720	7	6 832

Gastos com Pessoal

	30. Junho. 2025	30. Junho. 2026
Remunerações dos órgãos sociais	*22 625,36*	*22 463,94*
Das quais: Participação nos lucros		
Remunerações do pessoal	*414 237,02*	*461 016,50*
Das quais: Participação nos lucros		
Benefícios pós-emprego	*0,00*	*0,00*
Prémios para pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios	0,00	0,00
Indemnizações		
Encargos sobre remunerações	*97 874,73*	*107 585,81*
Contribuições para a Segurança Social	97 874,73	107 585,81
Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho	0,00	0,00
Regime de Capitação (art. 54º DLnº82B/2014)	0,00	0,00
Quotizações ADSE	0,00	0,00
Seguros de Acidentes de Trabalho	*12 855,61*	*13 568,58*
Gastos de ação social		
Outros Gastos com Pessoal	*6 570,95*	*8 136,00*
Formação	780,00	625,50
Higiene e segurança no trabalho	1 815,00	1 204,00
Fardamento	3 975,95	6 306,50
Outros	0,00	0,00
Total Gastos com Pessoal	554 163,67	612 770,83

Quadro 32 OUTRAS INFORMAÇÕES

32.1. - Fornecimentos e Serviços Externos

		30. Junho. 2025	30. Junho. 2026
Subcontratos		*61 749,84*	*67 825,72*
Serviços Especializados		*696 320,15*	*668 906,44*
	Trabalhos especializados	376 500,12	404 586,87
	Publicidade	860,00	0,00
	Vigilância e segurança	15 066,54	33 815,20
	Honorários	1 975,00	3 424,00
	Comissões	0,00	0,00
	Conservação	299 132,65	224 144,38
	Serviços Bancários	2 785,84	2 935,99
	Outros Serviços Especializados	0,00	0,00
Materiais		*6 151,66*	*12 078,03*
	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	5 940,32	12 005,29
	Livros e documentação técnica	0,00	23,94
	Material de Escritório	198,56	48,80
	Artigos para oferta	0,00	0,00
	Outros materiais	12,78	0,00
Energia e Fluidos		*26 099,16*	*23 989,60*
	Electricidade	964,00	897,58
	Combustíveis	24 293,78	22 004,47
	Água	841,38	768,39
	Outros	0,00	319,16
Deslocações e estadas		*14 321,34*	*7 106,95*
	Deslocações e estadas	*3 798,04*	*503,77*
	Transporte de mercadorias	*10 523,30*	*6 603,18*
Serviços diversos		*26 852,67*	*29 344,10*
	Rendas e alugueres	1 050,84	3 997,65
	Comunicações	2 455,97	2 462,82
	Seguros	12 404,82	13 461,19
	Royalties	0,00	0,00
	Contencioso e notariado	210,00	5,00
	Despesas de representação	10 007,15	8 944,94
	Limpeza, higiene e conforto	707,83	472,50
	Outros serviços diversos	16,06	0,00
	Total FSE	831 494,82	809 250,84

32.2. - Informação por Código de Atividade

	30. Junho. 2025 CAE 38212	30. Junho. 2026 CAE 38212
Vendas:	**1 494 017,47**	**697 488,17**
Mercadorias	0,00	0,00
Prod. acabados interm., subprod., desperd., resíduos e refugos	1 494 017,47	697 488,17
Activos biológicos	0,00	0,00
Prestação de serviços	2 793 961,60	1 545 610,59
Compras	385 206,07	485 259,40
Fornecimentos e serviços externos	831 494,82	809 250,84
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:	**331 752,20**	**357 955,36**
Mercadorias	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	331 752,20	357 955,36
Activos biológicos (compras)	0,00	0,00
Variação nos inventários da produção	0,00	0,00
Número médio de pessoas ao serviço	45	44
Gastos com o pessoal:	**554 163,67**	**612 770,83**
Remunerações	436 862,38	483 480,44
Outros (inclui pensões)	117 301,29	129 290,39
Activos fixos tangíveis:	**27 709 080,64**	**26 923 874,89**
Quantia escriturada líquida final	27 709 080,64	26 921 454,22
Total de aquisições	213 200,12	2 420,67
Das quais: em Edifícios e outras construções	0,00	0,00
Adições no período de activos em curso	0,00	0,00
Propriedades de investimento:	**0,00**	**0,00**
Quantia escriturada líquida final	0,00	0,00
Total de aquisições	0,00	0,00
Das quais: em Edifícios e outras construções	0,00	0,00
Adições no período de actividades de investimento em curso	0,00	0,00

32.3. - Informação por Mercado Geofráfico

	30. Junho. 2025				30. Junho. 2026			
	Mercado Interno	Mercado Comunitário	Mercado Extra-Comunitário	TOTAL	Mercado Interno	Mercado Comunitário	Mercado Extra-Comunitário	TOTAL
Vendas	1 494 017,47			**1 494 017,47**	697 488,17			**697 488,17**
Prestação de serviços	2 793 961,60			**2 793 961,60**	1 545 610,59			**1 545 610,59**
Compras	325 384,87	59 821,20		**385 206,07**	485 259,40			**485 259,40**
Fornecimentos e serviços externos	816 491,58	15 003,24		**831 494,82**	809 250,84			**809 250,84**
Aquisição de activos fixos tangíveis	213 200,12			**213 200,12**	2 420,67			**2 420,67**
Aquisição de prorpiedades de investimento	0,00			**0,00**	0,00			**0,00**
Aquisição de activos intangíveis	0,00			**0,00**	0,00			**0,00**
Rendimentos suplementares:	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Serviços sociais				**0,00**				**0,00**
Aluguer de equipamento				**0,00**				**0,00**
Estudos, projectos e assistência tecnológica				**0,00**				**0,00**
Royalties				**0,00**				**0,00**
Outros				**0,00**				**0,00**

Contabilista Certificada
N.º 2759

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Emanuel Raimundo Pereira de Sousa)

(Paulo Alexandre Silva Lima)

(Sara Maria Grácio Cerdeira)

TERAMB - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental Ilha Terceira, EM

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

30. Junho. 2026

(Montantes expressos em euros)

		Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2025	6	1 950 000,00	-	-	-	101 327,63	1 120 256,97	321 834,20	-	-	20 319 988,76	700 865,88	24 514 273,44
Alterações no período:													-
Primeira adopção de novo referencial contabilístico													-
Alterações de políticas contabilísticas													-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis													-
Variações dos excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis													-
Ajustamentos por impostos diferidos													-
Efeito de aquisição / alienação de participadas													-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:													-
Prestações acessórias de capital													-
Transferência de Resultados								710 264,06				(710 264,06)	-
Correcções relativas a exercícios anteriores								(9 398,18)				9 398,18	-
Subsídios ao investimento											(518 742,84)		(518 742,84)
Doações													-
	7	-	-	-	-	-	-	700 865,88	-	-	(518 742,84)	(700 865,88)	(518 742,84)
Resultado líquido do período	8											193 594,11	193 594,11
Resultado integral	9=7+8											(507 271,77)	(325 148,73)
Operações com detentores de capital no período													
Realizações de capital													-
Realizações de prémios de emissão													-
Dsitribuições													-
Entradas para cobertura de perdas													-
Outras operações													-
	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do período	6+9+10	1 950 000,00	-	-	-	101 327,63	1 120 256,97	1 022 700,08	-	-	19 801 245,92	193 594,11	24 189 124,71

Contabilista Certificada
Nº 37799

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Emanuel Raimundo Pereira de Sousa)

(Paulo Alexandre Silva Lima)

(Sara Maria Grácio Cerdeira)

TERAMB - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental Ilha Terceira, EM

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

31. Dezembro. 2025

(Montantes expressos em euros)

		Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2025	1	1 950 000,00	-	-	-	77 241,55	662 621,41	323 574,28	-	-	22 059 987,17	479 981,56	25 553 405,97
													-
Primeira adopção de novo referencial contabilístico													-
Alterações de políticas contabilísticas													-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													-
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis													-
Variações dos excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis													-
Ajustamentos por impostos diferidos													-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:													-
Prestações acessórias de capital													-
Transferência de Resultados						24 086,08	457 635,56					(481 721,64)	-
Correções relativas a exercícios anteriores								(1 740,08)				1 740,08	-
Subsidios ao investimento											(1 739 998,41)		(1 739 998,41)
Doaçoes													-
	2	-	-	-	-	24 086,08	457 635,56	(1 740,08)	-	-	(1 739 998,41)	(479 981,56)	(1 739 998,41)
	3											700 865,88	700 865,88
	4=2+3											220 884,32	(1 039 132,53)
Realizações de capital													-
Realizações de prémios de emissão													-
Dsitribuições													-
Entradas para cobertura de perdas													-
Outras operações													-
	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	6=1+4+5	1 950 000,00	-	-	-	101 327,63	1 120 256,97	321 834,20	-	-	20 319 988,76	700 865,88	24 514 273,44

Contabilista Certificada
Nº 37799

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Emanuel Raimundo Pereira de Sousa)

(Paulo Alexandre Silva Lima)

(Sara Maria Grácio Cerdeira)

TERAMB - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental Ilha Terceira, EM

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

30. Junho. 2026

(Montantes expressos em euros)

	30. Junho. 2026		2025	
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:				
Recebimentos de clientes	2 343 470,18		4 329 538,77	
Pagamentos a fornecedores	-1 543 038,61		-3 344 636,59	
Pagamentos ao pessoal	-400 074,22		-794 986,35	
Caixa gerada pelas operações	400 357,35		189 915,83	
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	-239 574,06		-468 915,70	
Outros recebimentos / pagamentos	163 346,54		-54 901,09	
Fluxos das actividades operacionais [1]		324 129,83		-333 900,96
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis	-405 221,96		-176 752,27	
Ativos intangíveis	0,00		0,00	
Investimentos financeiros	0,00		0,00	
Outros ativos	0,00	-405 221,96	0,00	-176 752,27
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis	0,00		715 708,46	
Ativos intangíveis	0,00		0,00	
Investimentos financeiros	0,00		16 558,90	
Outros ativos	0,00		0,00	
Subsídios ao investimento	0,00		0,00	
Juros e rendimentos similares	0,00		0,00	
Dividendos	0,00	0,00	0,00	732 267,36
Fluxos das actividades de investimento [2]		-405 221,96		555 515,09
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos	417 500,00		0,00	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00		0,00	
Cobertura de prejuízos	0,00		0,00	
Doações	0,00		0,00	
Outras operações de financiamento	0,00	417 500,00	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos	-572 568,47		-291 823,87	
Juros e gastos similares	-38 154,70		-101 575,37	
Dividendos	0,00		0,00	
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00		0,00	
Outras operações de financiamento	0,00	-610 723,17	0,00	-393 399,24
Fluxos das actividades de financiamento [3]		-193 223,17		-393 399,24
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		-274 315,30		-171 785,11
Efeito das diferenças de câmbio		0,00		0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		554 261,44		726 046,55
Caixa e seus equivalentes no fim do período		279 946,14		554 261,44

Contabilista Certificada
nº 37749

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Emanuel Raimundo Pereira de Sousa)

(Paulo Alexandre Silva Lima)

(Sara Maria Grácio Cerdeira)

TERAMB - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental Ilha Terceira, EM

Contribuinte: 509620515 | Pág. 1/1

Período findo em: 30. Junho. 2026 | Moeda: Eur

Comportamento Principais Rubricas de Rendimentos e Ganhos

Rubricas	30. Junho. 2026	30. Junho. 2025	%
Vendas e serviços prestados	2 243 012,00	2 148 572,19	4,40
Subsídios à exploração	0,00	0,00	
Outros Rendimentos e Ganhos	609 600,63	1 421 255,87	-57,11
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00	

Comportamento Principais Rubricas de Gastos e Perdas

Rubricas	30. Junho. 2026	30. Junho. 2025	%
CMVMC	357 955,36	331 752,20	7,90
Fornecimentos e Serviços Externos	809 250,84	831 494,82	-2,68
Gastos com Pessoal	612 770,83	554 163,67	10,58
Outros Gastos e Perdas	42 920,79	388 241,90	-88,94
Gastos Depreciações/Amortizações	795 762,69	716 473,14	11,07
Juros e gastos similares suportados	39 926,11	59 225,14	-32,59

Estrutura de Resultados

Rubricas	30. Junho. 2026	30. Junho. 2025	%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	1 029 714,81	1 464 175,47	-29,67
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	233 952,12	747 702,33	-68,71
Resultado antes de impostos	194 026,01	688 477,19	-71,82
Impostos sobre o rendimento do periodo	431,90	102 261,35	-99,58
Resultado liquido do periodo	193 594,11	586 215,84	-66,98

Margem de Comercialização

Rubricas	30. Junho. 2026	30. Junho. 2025	%
Vendas e serviços prestados	2 243 012,00	2 148 572,19	4,40
CMVMC + FSE's	1 167 206,20	1 163 247,02	0,34
Margem em Valor	1 075 805,80	985 325,17	9,18
Margem em %	47,96	45,86	4,59

Ponto critico das Vendas/Margem de segurança

Rubricas	30. Junho. 2026	30. Junho. 2025	%
Vendas e serviços prestados	2 243 012,00	2 148 572,19	4,40
Gastos Fixos(Pessoal + Outros Gastos e Perdas + Depreciações)	1 451 454,31	1 658 878,71	-12,50
Ponto crítico(Gastos Fixos/(Mg bruta/Vol. Negócios)	3 026 224,10	3 617 303,98	-16,34
Margem de segurança (Vol. Negócios - Ponto Critico)	-783 212,10	-1 468 731,79	46,67
Gastos Fixos em % Volume de Negócios	64,71	77,21	-16,19
Margem de Segurança em % Volume de Negócios	-34,92	-68,36	48,92

Comportamento da Tesouraria

Rubricas	30. Junho. 2026	2025	%
Capitais Permanentes (1)	29 176 755,41	29 501 904,14	-1,10
Activo não corrente (2)	27 118 033,82	27 911 375,84	-2,84
Fundo de Maneio (3=1-2)	2 058 721,59	1 590 528,30	29,44
Necessidades de Exploração (4)	3 191 505,65	3 205 446,86	-0,43
Recursos de Exploração (5)	1 000 735,22	929 949,39	7,61
Fundo Maneio Necessário de Exploração (6=4-5)	2 190 770,43	2 275 497,47	-3,72
Necessidades Extra-Exploração (7)	3 367,34	26 317,32	-87,20
Recursos Extra-Exploração (8)	415 362,32	1 265 547,93	-67,18
Fundo Maneio Necessário Extra-Exploração (9=7-8)	-411 994,98	-1 239 230,61	66,75
Fundo de Maneio Necessário (10=6+9)	1 778 775,45	1 036 266,86	71,65
Tesouraria Global (11=3-10)	279 946,14	554 261,44	-49,49

Indicadores

Rubricas		30. Junho. 2026	2025	%
Liquidez Geral	Activo Corrente/Passivo Corrente	2,45	1,72	42,29
Liquidez Reduzida	(Activo corrente - Inventários)/Passivo Corrente	1,11	0,89	24,76
Liquidez Imediata	Meios Financeiros Liquidos/Passivo Corrente	0,20	0,25	-21,69
Solvabilidade	Capital Próprio/Passivo	3,78	3,41	10,68
Autonomia Financeira	Capital Próprio/Activo liquido x 100	79,07	77,34	2,24
Prazo Médio Recebimentos	(Cliente/Vol. Negócios)x360 dias	197	95	107,38
Prazo Médio Pagamentos	(Fornecedores/Compras)x360 dias	714	786	-9,22
PMP(RCM nº34/2008 de 22/2)	((Fornecedores/4)/(Compras+FSEs))x365 dias	68	63	7,48
Rentabilidade Capitais Próprios	Resultado Liquido/Capital Prórpio x 100	0,80	2,86	-72,01

Anexo II - Parecer Revisor Oficial de Contas

HLB SVTM
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Introdução

Efetuámos uma revisão limitada das demonstrações financeiras anexas da **Teramb – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EM** (a Entidade), que compreendem o balanço em 30 de junho de 2026 que evidência um total de 30 592 852,95 euros e um total de capital próprio de 24 189 124,71 euros incluindo um resultado líquido de 193 594,11 euros, as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao período de seis meses findo naquela data e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa na Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística, e pela criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras anexas. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as normas internacionais de revisão limitada de demonstrações financeiras e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estas normas exigem que o nosso trabalho seja conduzido de forma a concluir se algo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras, como um todo, não estão preparadas em todos os aspetos materiais de acordo com as Normas de Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Uma revisão limitada de demonstrações financeiras é um trabalho de garantia limitada de fiabilidade. Os procedimentos que efetuámos consistem fundamentalmente em indagações e procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

Os procedimentos efetuados numa revisão limitada são significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria sobre estas demonstrações financeiras.

Conclusão

Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as demonstrações financeiras anexas não apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Teramb – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EM** em 30 de junho de 2026 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de seis meses findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Porto, 10 de setembro de 2026

SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por Teresa Maria da Cunha Soares Martins
(ROC N.º 1405 e registada na CMVM com o n.º 20161015)

www.hlb.svtm.pt
Rua da Alegria, 785 - E14 | 4000-047 PORTO - Portugal
TEL.: +351 22 903 93 71 **EMAIL:** geral@hlb.svtm.pt

INSCRITA NA OROC SOB O N.º 155 E NA CMVM SOB O N.º 20161465 - CAPITAL SOCIAL €15.000,00 - NIPC 504 096 664
Santos Vaz, Trigo de Morais & Associados, SROC, Lda. pertence à rede de entidades membros da HLB International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Anexo III - Ata Assembleia Geral

ATA n.º 94

Ao vigésimo quarto dia do mês de setembro de dois mil e vinte seis, pelas onze horas, reuniu na sede social da TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM, sita na Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira, canada do Cidral, n.º 55, 9700-135, freguesia de São Bento, concelho de Angra do Heroísmo, a Assembleia Geral da TERAMB, EM, com o número de pessoa coletiva e de registo na Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo 509620515, com o capital social de 1.950.000,00€ (um milhão e novecentos e cinquenta mil euros).----------

Estiveram presentes em representação dos sócios: Fátima da Conceição Lobão Santos Silveira Amorim, qualidade de presidente da mesa da assembleia e representante do acionista Município de Angra do Heroísmo, com uma quota de 60%, no valor nominal de 1.170.000,00 € (um milhão e cento e setenta mil euros) e Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira na qualidade de secretária da mesa da assembleia e representante do acionista Município da Praia da Vitória, com uma quota de 40%, no valor nominal de 780.000,00€ (setecentos e oitenta mil euros).---------

Estando representada a totalidade do capital social, os sócios demonstraram vontade de, com dispensa de quaisquer formalidades prévias, se constituírem em assembleia geral, para deliberarem sobre a seguinte ordem de trabalhos:----------

1) Apreciação do Relatório de Gestão e Contas do segundo trimestre de 2026----------

Nos termos do exarado na alínea e) do n.º 1 do artigo 42º da Lei 50/2012 de 31 de agosto e da alínea g) do artigo 15º dos estatutos da Teramb, EM, procedeu-se à apreciação e discussão do documento em título, já certificados pelo Revisor Oficial de Contas, e deliberou-se por unanimidade aprová-los e propô-los às Câmaras Municipais. As principais rubricas das demonstrações económico-financeiras aprovadas são:

i. Total do Ativo: 30 592 852,95 €
ii. Total do Passivo: 6 403 728,24 €
iii. Capitais Próprios: 24 189 124,71 €
iv. Volume de negócios: 2 243 012,00 €
v. Resultados líquidos do período: 193 594,11 €

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião, cujas deliberações foram aprovadas, por unanimidade e lavradas em ata que depois de lida e aprovada será assinada pelos representantes dos sócios presentes. ----------

O Presidente----------

Fátima da Conceição Lobão Santos Silveira Amorim Fátima Amorim

O Secretário----------

Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira

Anexo IV - Relatório Execução Contrato Programa

teramb

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO PROGRAMA

Ano **2026 – 2º trimestre**

Objetivo	Meta	Indicador	Resultado	Observações
Valorização energética de resíduos	I.I) Disponibilidade da instalação superior a 90%	II.I) Disponibilidade = (horas possíveis - horas paragens programadas) /horas possíveis	**Horas possíveis=4344H** **Horas paragem programadas=96H** **Horas de funcionamento =2741,88H** **Disponibilidade =97,78%**	**Em execução**
Valorização de resíduos urbanos biodegradáveis	I.I) Desviar da deposição em bolsa todos os resíduos urbanos biodegradáveis (100%) provenientes da limpeza e manutenção de espaços verdes e jardins com vista à sua posterior valorização orgânica	II.I) % de resíduos urbanos biodegradáveis desviados da deposição em bolsa para resíduos urbanos banais, medidos através do registo informático da báscula.	**Quantidade de resíduos 20 02 01 entregues= 1236,60 ton** **Quantidade de resíduos 20 02 01 depositados em aterro=0 ton** **% depositada em aterro=0%** **% valorizada=0%**	**Em execução**
	II) Preparar para a valorização orgânica 2100 ton de resíduos biodegradáveis provenientes da limpeza e manutenção de espaços verdes e jardins	II.II) Toneladas de resíduos triturados, medidos através do registo informático da báscula.	**Quantidade de resíduos 20 02 01 entregues= 1236,60 ton** **Quantidade encaminhada para Valorização orgânica= 1236,60 ton**	**Em execução**
Tratamento e valorização de subprodutos animais	Tratar e valorizar energeticamente 90% dos sub produtos animais	Toneladas de resíduos entregues no CTVRIT e valorizados no Centro de processamento de resíduos animais, medidos através do registo informático da báscula.	**Quantidade SPOAS entregues= 2.132,76 ton** **Quantidade valorizada= 2.132,76 ton** **% valorizada = 100%**	**Em execução**
Tratamento e valorização dos resíduos depositados em bolsa- recuperação ambiental dos espaços	Tratar, valorizar energeticamente e recuperação ambiental dos aterros existentes no CTVRIT	Toneladas de resíduos entregues e valorizados no Centro de Valorização Energética, medidos através do registo informático da báscula.	**Total de resíduos entregues= 22.038,72 ton** **Total de resíduos encaminhados para a CVE= 19.651,97 ton** **Resíduos recuperados na mineração= 0 ton** **Deposição em aterro= 308,52 ton**	**Em execução**